

AS IMPLICAÇÕES DO ESTIGMA NA IDENTIDADE DOCENTE

Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho¹
Valmiza da Costa Rodrigues Durand²
Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud³
Verônica Morais Ximenes⁴

INTRODUÇÃO

Na década de 1990 observou-se um maior investimento em Políticas Públicas de ampliação e democratização do acesso à educação superior brasileira, com aumento significativo de Instituições de Ensino Superior (IES) e expansão de matrículas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Financiamento Estudantil (Fies), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), bem como o aumento da oferta de cursos superiores à distância e as políticas de cotas.

As Escolas Agrotécnicas Federais, historicamente vinculadas à educação profissional da classe trabalhadora desde o século XIX, também participam do processo de expansão e interiorização do Ensino Superior quando pela Lei nº 11.892/2008, se fundem às Escolas Técnicas Federais para constituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFS), ampliando e diversificando cursos. A continuidade da expansão é garantida nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 (BRASIL, 2014) que asseguram aos docentes da educação básica o acesso à educação superior e a elevação da taxa de matrículas nesse nível de ensino de forma específica para o público de 18 a 24 anos.

Discutimos nessa pesquisa que o acesso ao ensino superior não tem sido suficiente para garantir o desenvolvimento de estudantes marcados por múltiplas situações de opressão ligadas ao gênero, raça, condição social, orientação sexual, local de moradia, dentre outras opressões que ocorrem de forma complexa na educação, historicamente marcada pelas pedagogias liberais que criam um ideal de aluno, padronizando o ensino e desvalorizando as diferenças. Essas diferenças são transformadas em estigmas, definidos por Goffman (1982) como marcas de depreciação social em que pessoas ou grupos são desacreditados, desconsiderados como humanos por uma identidade social inferior. Nesse cenário temos uma escola que atualiza a exclusão dos diferentes como fenômeno de normatividade, denunciado por Foucault (2006) desde o século XVII quando os professores participavam do diagnóstico dos alunos idiotas, imbecis e débeis, separando aqueles que não deveriam frequentar a escola por provocar turbulências. O alvo do estigma é considerado, portanto, fraco e estragado, incapaz de desenvolvimento pleno (GOFFMAN, 1982).

Várias pesquisas (ALMEIDA; PIMENTA, 2014; TARDIF, 2014; CUNHA, 2018) apontam problemas na formação de professores da educação superior considerando que o conhecimento aprendido não tem sido suficiente para dar conta da diversidade em sala de aula e da imprevisibilidade da realidade educativa. Quadro agravado pela invisibilidade da formação pedagógica no campo do ensino superior, muitas vezes circunscrita à uma disciplina nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, normativa sustentada pela LDB (BRASIL, 1996). A falta de reflexão sistematizada e crítica sobre a prática docente influenciam na criação de

¹ Professora do Instituto Federal da Paraíba- Campus Sousa, Doutoranda em Psicologia da Universidade Federal do Ceará-UFC, apsobreira1@hotmail.com;

² Professora do Instituto Federal da Paraíba-Campus Sousa, Mestre em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina-UFCG, valmiza.durand@gmail.com;

³ Coordenadora pedagógica do Instituto Federal da Paraíba- Campus Sousa, Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, rocha_anapaula@hotmail.com;

⁴ Professora orientadora, Doutora em Psicologia, vemorais@yahoo.com.br.

estereótipos, sustentando ideias negativas e/ou fechadas que naturalizam uma realidade heterogênea e singular (SOARES; BEJARANO, 2008), ampliando a disseminação dos estigmas em sala de aula.

Nessa pesquisa, que se encontra em andamento, adotamos como objetivo compreender as implicações dos estigmas na construção da identidade profissional dos docentes do ensino superior. Para Pimenta e Anastasiou (2002) a identidade docente é forjada a partir de um modelo de profissão que possui uma significação social e tradições, teorias e práticas que se confrontam ao tempo em que se abre à ressignificação na qual cada docente é ator e autor em sua sala de aula, sendo esse espaço de reprodução de estigmas e preconceitos de uma sociedade do consumo e da produção. Mas, a sala de aula também pode se abrir à inovação e estratégias pedagógicas de cuidado e acolhimento. Por isso, destacamos que as relações de estigma fazem parte de marcadores de poder, não sendo típicas de um lugar específico, mas se concretizam como fenômeno complexo situado historicamente, imbricado nas políticas e práticas pedagógicas, nas histórias familiares e sociais dos docentes, naturalizado e disseminado nas salas de aula, capaz de produzir intenso sofrimento psíquico nos sujeitos estigmatizados. Apresentaremos a seguir o caminho metodológico, uma breve revisão teórica e, por fim, algumas considerações finais sobre o estudo.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida neste estudo é uma pesquisa-ação pedagógica (FRANCO, 2016) que tem como objetivo realizar uma intervenção na realidade escolar, no campo da formação de professores, com vistas à transformação da realidade para que os docentes possam refletir criticamente sobre a sua prática. Os sujeitos da pesquisa são os docentes que ministram disciplinas no ensino superior do Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa e no Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu.

A metodologia está dividida em três momentos que se retroalimentam, sendo a primeira fase o conhecimento da realidade por meio da aplicação de questionários que indagam sobre o perfil dos docentes, procurando conhecer a trajetória da profissão traçada por cada pessoa, bem como as situações de estigma vivenciadas ou presenciadas em sala de aula, levantando as angústias e necessidades no exercício da docência. A segunda fase, planejamento das ações, ocorre em sintonia com o resultado dos questionários por meio do curso de extensão “Estigma e preconceito em sala de aula: concepções e estratégias pedagógicas” em que são problematizadas as situações de estigma em sala de aula, reconhecendo a construção da identidade docente como espaço de análise das práticas pedagógicas que produzem e sustentam os estigmas bem como as possibilidades de produzir novos conhecimentos e práticas que permitam orientar mudanças na cultura escolar que segrega as diferenças. Na terceira fase, ainda em andamento, será elaborada uma cartilha como produto do curso de extensão para ser utilizada na formação continuada de professores, reconhecendo a necessidade de se criar alguns parâmetros institucionalizados para enfrentamento do estigma na sala de aula. As impressões dos encontros são anotadas em um diário de campo para posterior interpretação com o auxílio do ATLAS *ti* 5.2.

DESENVOLVIMENTO

Link e Phelan (2001) revisitando o conceito de estigma descrito por Erving Goffman em 1891 à luz de uma revisão sistemática de 40 anos de pesquisas sobre o tema, redefinem o conceito em um constructo mais complexo, indicando que o estigma é uma relação entre elementos de rotulagem, estereótipo, separação, perda de status e discriminação que ocorre de forma simultânea em um dado momento histórico, em que um grupo tem o poder de destituir

o outro de valor, favorecendo a diminuição das suas chances de vida. O estigma impacta no torno da pessoa, favorecendo a exposição a uma série de circunstâncias adversas, mesmo na ausência da discriminação interpessoal. É necessário compreender que a discriminação se origina na socialização primária quando estereótipos são ensinados e teorias leigas disseminadas.

Como processo psicossocial, o estigma é sustentado por relações de poder, social, econômico e político, profundamente desiguais e perversos que identificam diferenças como marcas de inferioridade e naturalizam essa separação. Pesquisas apontam que pessoas com deficiência têm pouco investimento pedagógico dos professores por terem suas limitações exaltadas e baixa expectativa de desenvolvimento da aprendizagem (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015), mulheres assediadas na universidade são culpabilizadas pela forma de vestir, falar, olhar e caminhar, vítimas de uma violência de gênero silenciada institucionalmente (MINGO; MORENO, 2015), estudantes obesos são identificados como preguiçosos, burros e sem determinação para a mudança (GOBBI *et al*, 2017), as pessoas de orientação homossexual sofrem danos à saúde mental por serem objeto de discriminação e intolerância desde a infância (ESPEJO, 2018), dentre outras histórias de humilhação e opressão.

O modelo de educação tradicional que fundamenta a falta de profissionalização da docência universitária com desconhecimento ou desconsideração dos saberes didático-pedagógicos favorece a reprodução dos estigmas quando os docentes constroem crenças sobre as diferenças em salas de aula que influenciam na criação de estereótipos naturalizados e automatizados, servindo como convicções e certezas sobre a realidade. A pedagogia tradicional como tendência pedagógica marca de forma importante a docência no Ensino Superior (ES) desde a idade média quando o bom professor deveria transferir conhecimentos em aulas magistrais para uma elite, tendo como tarefa apresentar as verdades da ciência positivista que defende a neutralidade científica, o distanciamento do afeto, a predominância da racionalidade técnica, com a redução da complexidade, mediante a divisão e classificação dos fenômenos, em um determinismo mecanicista (SOARES; CUNHA, 2017).

Nesse sentido, se temos uma sociedade historicamente fundamentada no modelo neoliberal que deprecia grupos considerados inferiores, fundamenta a meritocracia e desprestigia a formação docente, não temos como fugir da implicação do estigma na identidade docente, inclusive de forma inconsciente. Braz (2009) explica que o planejamento, as decisões e as ações tomadas em sala de aula têm interferência dos níveis inconscientes do docente, mediatizado por suas experiências individuais e práticas socioculturais. Para o autor, as rotinas de interação em sala de aula e as crenças sobre o ensino exercem uma função psicológica de diminuir a ansiedade, aumentar o sentimento de segurança e confiança em si mesmo, principalmente para docentes inexperientes. O estigma, enquanto relação de poder é agravado quando o docente dissemina conhecimentos do senso comum como verdades científicas ou simplesmente se cala diante das situações de opressão. Portanto, quando o estigma aparece nas salas de aula e o docente não problematiza, potencializa a sua reprodução na formação dos novos professores que formarão novos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os seres humanos trazem consigo diferentes saberes quando chegam à escola e a forma como serão valorizados, dependerá em grande medida da conduta da prática docente, pois em nenhuma outra profissão existe o contato prolongado por mais de 12 anos, sendo essa a frequência dos estudantes à escola. Destacamos nesse sentido, a importância do docente do ensino superior como sujeito capaz de opor resistência ao domínio da racionalidade que transforma a educação em instrumento da produção, consumo, que destitui e invisibiliza as

pessoas. Para alcançar esse fim, a docência exige um compromisso com o princípio da heterogeneidade como base de um projeto de sociedade nova, em uma dimensão ética do cuidado para que todos sejam incluídos em uma aprendizagem que tenha sentido, podendo transformar a si mesmos, seus contextos e o mundo.

Compreendemos como fundamental que o docente seja capaz de analisar como o estigma interfere na construção da sua identidade profissional, conhecendo as estratégias utilizadas para naturalizá-lo em sua formação, reconhecendo também os mecanismos de resistência em suas práticas, nas instituições e movimentos sociais, fortalecendo uma formação contínua capaz de transformar a sala de aula. Não basta exercer a profissão docente, é preciso compreender o que se faz e o sentido que assume, articulando a teoria às suas práticas pedagógicas, reconhecendo as consequências de suas ações e escolhas, dentre essas, a perversidade das relações que estigmatizam as diferenças e invisibilizam pessoas.

Palavras-chave: Estigma; Formação de professores; Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, M. I. de; PIMENTA, S. G. Pedagogia universitária: Valorizando o ensino e a docência na universidade. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 27, n. 2, jun., p. 7-31, 2014. Disponível em <www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872014000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 nov. 2018.
2. BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014. Seção 1 (ed. extra), p. 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 08 mai 2018.
3. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez 1996. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2017.
4. BRAZ, A. M. G. O pensamento do professor: pressupostos e dimensões de estudo. **Revista Contrapontos**, Itajaí, SC., v. 7, n. 2, p. 365-380, mar. 2009. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/913/767>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
5. CUNHA, M. I. Docência na Educação Superior: a professoralidade em construção. **Educação**. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 6-11, jan.-abr. 2018. Disponível em <<file:///C:/Users/Windows/Downloads/29725-127564-2-PB.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2019.
6. ESPEJO, J. C. Discriminación y violencia homofóbica en el sistema escolar: estrategias de prevención, manejo y combate. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230031, 2018. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100224&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out 2018.
7. FRANCO, M. A. S. Pesquisa-Ação Pedagógica: práticas de empoderamento e de participação. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 18, n. 2, jul, p. 511-530, 2016. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637507/13331>>. Acesso em: 04 jan 2018.
8. GOBBI, E. et al. Um estudo exploratório da tendência “antiobesidade” entre professores e estudantes de educação física italianos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n.3, p. 963-974,

2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/73193>>. Acesso em: 31 out 2017.
9. GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Editora Guanabara, 4ª. edição, Rio de Janeiro, 1982.
 10. MINGO, A.; MORENO, H. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. **Perfiles educativos**, México , v. 37, n. 148, p. 138-155, 2015. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982015000200009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 31 jan 2018.
 11. NUNES, S. da S.; SAIA, A.L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015 . Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401106&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 jan 2018.
 12. PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência do ensino superior**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.
 13. SOARES, I. M. F.; BEJARANO, N. R. R.. Crença dos professores e formação docente. **Revista Faced**, Salvador, n.14, p.55-71, jul./dez. 2008.
 14. SOARES, Sandra Regina; CUNHA, Maria Isabel. Qualidade do ensino de graduação: concepções de docentes pesquisadores. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 316-331, Aug. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200316&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 mar. 2019.
 15. TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.